Geral da Fazenda Pública às direcções de finanças e secções de finanças concelhias, simplificando, actualizando, suprimindo uns e criando outros e de estabelecer normas definidas e facilmente exequíveis a que deve obedecer o seu preenchimento e fornecimento, no sentido de os disciplinar, ou seja, em última análise, contribuir para que o serviço de escrita se faça com clareza e rapidamente e ainda com economia para o Tesouro, enquadrando-o na orientação que tem informado a reforma dos serviços do Ministério das Finanças.

Com efeito, a variedade e multiplicidade dos modelos, o seu formato exagerado, para não falar de outros inconvenientes, embaraçam a execução do serviço e obrigam a dispêndio muito elevado.

E não admira que tantos anos volvidos após o regulamento de 4 de Janeiro de 1870 se reconheça a necessidade de criar novos modelos e de actualizar os que elle aprovou. O presente diploma, no entanto, respeita o sistema de contabilidade e os livros fundamentais estabelecidos por esse regulamento, mas vem sancionar o uso de mapas, demonstrações, tabelas e livros auxiliares considerados indispensáveis e impô-los a todas as repartições com o mesmo formato, o mesmo plano e o mesmo fim, sem prejuizo da exactidão da escrita, que, para ser prática, simples e clara, não carece de múltiplos e complicados lançamentos, nem de numerosos e variados livros e impressos.

Simultaneamente impõem-se regras para disciplinar o serviço de fornecimento de impressos e o seu uso, obrigando os funcionários a requisitá-los em épocas determinadas e quantidade razoável e a gastá-los com parcimónia.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Direcção Geral da Fazenda Pública procederá à remodelação dos livros e impressos indispensáveis para a execução dos serviços da sua competência a fornecer às direcções de finanças distritais e secções concelhias e às tesourarias da Fazenda Pública, no sentido de se simplificar o serviço de escrita, sem prejuizo da sua clareza, podendo, para este efeito, modificar ou suprimir modelos actualmente em uso e preparar modelos novos. A proposta, fundamentada, será presente ao Ministro das Finanças dentro de quinze dias e depois de aprovada organizar-se-á uma relação dos modelos que ficam existindo, para ser publicada no *Diário do Governo*.

§ único. Compete à mesma Direcção Geral propor qualquer modificação na relação referida neste artigo sempre que as necessidades de serviço a aconselhem, no que se seguirão os mesmos trâmites.

Art. 2.º A Direcção Geral da Fazenda Pública, com aprovação prévia do Ministro das Finanças, estabelecerá as normas a que tem de obedecer o serviço de requisição e de fornecimento dos livros e impressos referidos no artigo 1.º de modo a realizarem-se os fins previstos nesse artigo.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Junho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 8:460

Estabelecendo a base VI da portaria n.º 8:192, de 7 de Agosto de 1935, que a responsabilidade dos excessos de consumo de água além das dotações cabe aos respectivos serviços do Estado, pelos quais esses excessos deverão ser pagos, ao preço da venda de água ao público, podendo até a Companhia das Águas de Lisboa suspender, em determinadas condições, o abastecimento, mas verificando-se que só há lugar a pagamentos de excessos de consumo quando fôr excedida a dotação global do Estado, e assim pertencem exclusivamente ao Governo a fiscalização e adopção das providências que julgue necessárias quando verifique que os seus serviços excederam as dotações que lhe foram concedidas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que à base VI da portaria n.º 8:192 seja dada a seguinte redacção:

BASE VI

Os excessos de consumo sobre as dotações gratuitas fixadas, verificados no fim de cada ano, serão da inteira responsabilidade dos respectivos serviços.

Os chefes desses serviços, a quem incumbe a fiscalização e a efectivação de providências para que as dependências a seu cargo não gastem inutilmente a água posta à sua disposição, poderão, para tal efeito, fazer a redistribuição da dotação gratuita que é atribuída aos seus serviços para essas mesmas dependências e pela forma que julgarem mais equitativa.

A Companhia das Águas de Lisboa enviará mensalmente à comissão a que se refere a base I da portaria n.º 8:192, de 7 de Agosto do ano findo, uma relação dos organismos do Estado que têm excessos de dotação.

§ único. No fim de cada ano a comissão a que se refere a portaria n.º 8:192 enviará a este Ministério uma relação dos serviços do Estado que excederam a dotação que lhes foi fixada a fim de o Governo tomar para cada caso as providências que entender.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 11 de Junho de 1936. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Joaquim José de Andrade e Silva Abranches.

Administração Geral dos Correios
e Telégrafos

Decreto n.º 26:676

Considerando o disposto no § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, e atendendo que se torna necessário proceder a alterações no orçamento da Administração Geral dos Correios e Telégrafos para o actual ano económico;

Considerando que, encerradas as contas da gerência de 1934-1935, se verifica que o saldo disponível do fundo do 1.º estabelecimento é de 3:886.787\$52, e não de 3:200.000\$, conforme se acha inscrito no citado orçamento;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizados no orçamento da despesa da Administração Geral dos Correios e Telégrafos para o ano económico de 1936 os reforços seguintes:

Artigo 1.º, n.º 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei	101.568\$00
Artigo 1.º, n.º 4) Pessoal assalariado	31.432\$00
Artigo 3.º, n.º 3) Gratificações especiais	1.800\$00